

DESTAQUE **CRISE DO EURO**

Grécia sob pressão limita 'Cimeira de crescimento'

Atenas forçada a perder soberania para receber segundo empréstimo. Portugal volta à lista de cuidados dos líderes.

Luís Rego, em Bruxelas
luis.rego@economico.pt

Os líderes europeus gostariam hoje de discutir estratégias de crescimento de longo prazo, mas a situação de emergência na Grécia acaba por precipitar discussões paralelas sobre a crise do euro. A Grécia poderá ter de aceitar nova perda de soberania para ter acesso a um segundo resgate, que poderá agora ser maior do que os 130 mil milhões prometidos pelos líderes em Outubro.

O fracasso de Atenas em atingir os objectivos com que se comprometeu em 2011 (por causa da dura recessão que a austeridade provocou) e a incapacidade do perdão parcial de dívida privada assegurar por si só a sustentabilidade do país, levou Berlim a elevar a parada, propondo uma "transferência de soberania orçamental" para um "Comissário de orçamentos", "designado pelo Eurogrupo", pode ler-se na proposta alemã. Este comissário teria poderes para vetar decisões orçamentais e garantir respeito pelo acordo. Atenas rejeitou e acusa os proponentes de "ignorar algumas lições da história" mas, em Bruxelas, o porta-voz Amadeu Altafaj afirma que "a Comissão está decidida a reforçar as suas capacidades de vigilância e está a tentar aumentá-las no terreno", embora notando que cabe ao governo grego manter "plena responsabilidade".

Por enquanto, a crise do euro não está na agenda dos líderes, que querem dedicar hoje três horas a falar de medidas para o cresci-

mento e a adoptar um novo pacto orçamental, mas há muita especulação em torno de uma reunião extra dos países do euro, ao jantar.

O objectivo de Berlim com esta proposta, segundo uma fonte comunitária, é criar uma nova condição para justificar um aumento da factura europeia com a salvação da economia grega. Os números que circulam de um segundo resgate rondam agora os 145 mil milhões, que é o valor pedido por Atenas. As negociações apontam para um acordo com os credores que não garante em absoluto que a dívida grega atinja 120% do PIB em 2020, valor que tem servido de indicador de sustentabilidade. O que os credores não assumam terá de ser compensado por perdas na dí-

vida detida pelo BCE, Estados ou então por um segundo 'resgate' maior que previsto.

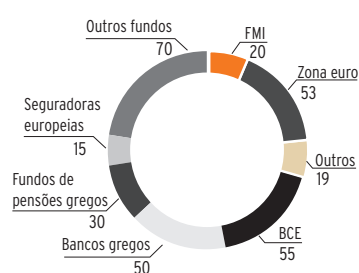
Os credores vinham batendo-se por um limite mínimo de cupão para as novas obrigações gregas de 4% com Josef Ackermann, o presidente da IIF - associação que representa 400 bancos -, a dizer que abaixo disso as perdas seriam superiores a 70%, "o que é demasiado", tendo em conta que tinham acordado um perdão de apenas metade das suas posições. Mas ontem a Bloomberg indicava que os credores gregos estariam preparados para aceitar um cupão médio de 3,6% nas obrigações de longo prazo (30 anos). Um valor que converge com os limites máximos fixados por Jean Claude Juncker há uma semana, quando disse que o cupão dos novos títulos até 2020 teria de ficar "bem abaixo" de 3,5% e para os títulos a 30 anos, "bem abaixo" de 4%. Os negociadores parecem esperar um acordo para o final da semana.

Depois de algum tempo fora do radar, Portugal emerge de novo como fonte de preocupação. Um diplomata europeu antevia que o país voltaria a ser chamado a fazer o ponto de situação das suas reformas junto dos líderes do euro, tendo em conta a pressão que o país está a ser alvo nos mercados, sobretudo na dívida de médio e longo prazo, com os credores a anteciparem um novo resgate. A confirmar-se Pedro Passos Coelho, poderá falar do acordo com os parceiros sociais, mas a mensagem dos líderes não será diferente. Como antecipou ao DE um alto quadro da Comissão Europeia "Portugal ou a Irlanda não têm alternativa a prosseguir este caminho" e deverão ter o apoio de todos porque o que estão a fazer "é muito encorajador". Sobre a especulação em torno de Portugal não conseguir voltar aos mercados, esta fonte nota que "os mercados também se enganam e as expectativas não estão sempre certas".

A Espanha estará também abaixo do foco apesar de os seus juros terem vindo a descer. Madrid continua com mensagens confusas sobre a intenção de pedir mais um ano para cumprir a sua meta de déficit este ano, criando grande expectativa sobre o que dirá Mariano Rajoy na sua primeira cimeira. A intransigência de Berlim parece garantida. ■

CREDORES DA GRÉCIA

Um segundo resgate grego pode rondar os 145 mil milhões.

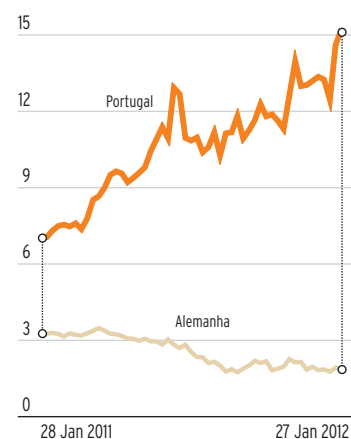


Empréstimos 92
Em obrigações 260

Fonte: Der Spiegel. Em mil milhões de euros

Risco de Portugal em máximo histórico

Os títulos da dívida portuguesa têm vindo a ser fortemente castigados pelos investidores, no mercado secundário. Segundo a Bloomberg, a 'yield' das obrigações do Tesouro a 10 anos da República escalaram 276 pontos base só nas últimas duas semanas, passando dos 12,45% para os actuais 15,22%. Aliás, sexta-feira foi mesmo a primeira vez, desde a introdução do euro, que a 'yield' dos títulos de dívida a dez anos superaram a barreira dos 15%. No mesmo sentido tem também seguido o 'spread' face à 'yield' das congéneres alemãs ('bunds') que, na semana passada, chegou ao valor máximo de 1.362 pontos base (gráfico ao lado). **L.L.**



Fonte: Bloomberg. Yields das linhas de referência das obrigações do Tesouro a 10 anos dos dois países, praticadas no mercado OTC.

FÓRUM DE DAVOS EXIGE QUE POLÍTICOS EUROPEUS CONTENHAM



Portugal tem três mil

O envelope inclui 1,76 mil milhões em Fundo Social Europeu e 1,24 em fundos de coesão e FEDER.

Portugal tem cerca de três mil milhões de euros em fundos estruturais e de coesão para atribuir a projectos até fim de 2013 e gastar até final de 2016. Os valores, que foram avançados sexta-feira pelo porta-voz da política regional da Comissão Europeia, depois de consultar as autoridades nacionais, incluem 1,76 mil milhões em Fundo Social Europeu (FSE) e 1,24 mil milhões em Fundo de Coesão e FEDER (para o desenvolvimento regional).

O valor fica muito abaixo das somas que o Governo terá reprogramado com a Comissão Europeia (cerca de 15 mil milhões) que, segundo este porta-voz, Ton Van Lierop, incluiria toda a despesa não executada.

Estes três mil milhões correspondem à fatia portuguesa dos 104 mil milhões de euros (82 de fundos estruturais e coesão e 22 de FSE) do envelope financeiro total da UE (2007/13) que ainda não foram comprometidos a projectos, e que os líderes querem reorientar na óptica de três prioridades: PME, combate ao desemprego jovem e mercado interno.

O objectivo avançado por Berlim e Paris de poder reutilizar os fundos europeus não executados no final do projecto não é relevante para Portugal. Várias fontes comunitárias confirmam que o País, que teve em 2011 o primeiro ano em que expira o financiamento de alguns projectos neste quadro financeiro, não perdeu fundos.

Não há, portanto, dinheiro novo para Portugal gastar. "Temos por isso de tirar máximo partido dos fundos que temos",

PONTOS-CHAVE

▶ Os líderes adoptarão hoje um pacto orçamental que na prática proíbe o expansionismo, com regras e sanções com força paraconstitucional, enquanto para o crescimento não há mais que um incentivo a gastar melhor.

▶ Se Portugal tem ainda 15 mil milhões para executar, esta verba poderia sustentar meio milhão de empregos por ano, diz a eurodeputada Maria da Graça Carvalho, do PSD.

▶ Pier Carlo Padoan, economista-chefe da OCDE, admite que o ajustamento português “é penoso”, mas diz que a pressão da ‘troika’ não deve diminuir.

Scott Eells/Bloomberg

Líderes querem gastar melhor os mesmos fundos

Durante a cimeira, os Estados vão ensaiar estratégias de crescimento europeu, alavancadas nos fundos europeus que não são gastos.

É baralhar e voltar a dar. Os líderes europeus vão hoje ensaiar um retorno a políticas de crescimento e emprego, sem relegar para segundo plano a prioridade à consolidação orçamental. O resultado é uma tentativa de, sem novos recursos, aumentar o efeito económico dos fundos europeus ainda à disposição dos países, em particular no combate ao desemprego jovem e no incentivo às pequenas e médias empresas. O alcance do exercício fica patente no título da versão preliminar da declaração dos líderes: “Em direcção a uma consolidação amiga do crescimento e um crescimento amigo do emprego”.

Simbolicamente, os líderes também adoptarão hoje um pacto orçamental que na prática proíbe o expansionismo, com regras e sanções com força paraconstitucional, enquanto para o crescimento não há mais que um incentivo a gastar melhor. “É a lei dura para a consolidação e a lei suave para o crescimento e emprego”, explica a eurodeputada socialista Elisa Ferreira. Em defesa dos líderes, um alto quadro da Comissão, sob condição de anonimato, explica que “não há margem para expansionismo”, “nem sequer na Alemanha” e “se seguissemos esse caminho agora a reacção dos mercados seria devastadora”.

Restam os fundos europeus. A Comissão diz que há ainda 104 mil milhões de euros para atribuir nos envelopes financeiros dos países dos 27 que podem ser aplicados em políticas geradoras de crescimento. De acordo com a versão preliminar das conclusões, os líderes dizem que “precisamos de fazer mais para tirar a Europa da crise” mas reconhecendo que “não há soluções rápidas”.

São eleitas três prioridades para gastar os fundos. A primeira é reduzir os actuais 23 milhões de desempregados, e a segunda as PME. “Como há 23 milhões de PME, se cada uma delas criasse um emprego resolvíamos o problema”, disse o porta-voz da política regional, reconhecendo o simplismo. As ideias concretas incluem a partilha de boas práticas, aumentar o número de estágios, reduzir o abandono escolar ou usar melhor o portal europeu de emprego, que são exemplos de priori-

dades conhecidas à procura de novo impulso. Nas PME, a prioridade é o acesso ao crédito, seja com sistemas de uso de fundos europeus junto da banca para soltar investimento, seja com recurso ao Banco Europeu de Investimento ou a capital de risco. Foi aliás a dificuldade de empresas portuguesas aceder ao crédito que, apurou o DE, inspirou a Comissão a querer usar fundos como garantias bancárias para libertar crédito.

A terceira prioridade - completar o mercado interno - é uma oportunidade para Bruxelas pressionar os Estados a transpor directivas em atraso, como a directiva de liberalização dos serviços, que ainda não foi adoptada na Alemanha, por exemplo.

Berlim e Paris tinham mesmo sugerido que se criasse um novo fundo europeu para o crescimento usando fundos perdidos pelos Estados na sua execução. Mas o próprio comissário da política regional, Johannes Hahn, avisa no jornal alemão Süddeutsche Zeitung, que “os excedentes dos anos 2010 e 2011 não superam os 30 milhões de euros...”. Talvez por isso a ideia não figure no projecto de conclusões. ■ L.R.

Polónia ameaça não assinar Tratado

O Reino Unido iria ser o único país dos 27 a não adoptar hoje o Tratado internacional que consagra a “regra do equilíbrio orçamental” nas legislações nacionais. A possibilidade de relegar os países de fora do euro para segundo plano nas reuniões dos signatários está a criar uma objecção de fundo por parte da Polónia, que ameaça também não assinar o acordo. A última versão do Tratado prevê que os países de fora do euro só participem em “pelo menos uma” das “pelo menos duas” cimeiras do euro por ano, e apenas para discutir a implementação do Tratado.

CRISE DO EURO

Este fim-de-semana, no decorrer do Fórum Económico Mundial, em Davos, na Suíça, foram várias as personalidades que “puxaram as orelhas” aos líderes europeus. Foi o caso de George Osborne, ministro das Finanças do Reino Unido, e de Motohisa Furukawa, ministro da Economia do Japão, que salientaram a necessidade de os políticos europeus criarem “barreiras contra o efeito de contágio” da crise da dívida soberana do euro. “A Europa tem de exercer um esforço máximo para conter a crise ou, caso contrário, os países em desenvolvimento, como a China, não estarão dispostos a contribuir com mais dinheiro para o FMI”, vaticinou o governante nipónico. Porém, Christine Lagarde, directora do FMI, frisou que não é só a zona euro que está em risco mas “que a crise poderá ter efeitos colaterais e transbordar para todo o mundo”. E, por isso, Lagarde salientou a necessidade de todos os países continuarem a contribuir para o FMI, pois assim estão a assinar uma “declaração de confiança para todo o processo multilateral”.

milhões de euros para atribuir

explica a eurodeputada Maria da Graça Carvalho (PSD). Fazendo contas “muito por alto”, explica a eurodeputada, se ainda há 15 mil milhões para executar e se poderia gastar 30 mil euros por pessoa por ano, esta verba teoricamente poderia sustentar meio milhão de empregos por ano. No quadro da reprogramação, uma das prioridades deve ser “a simplificação dos procedimentos administrativos” - é disto que se queixam em particular as pequenas e médias empresas. E depois a “concentração de projectos em áreas de maior interesse”, destacando duas vertentes, primeiro a indústria porque “mais efeito tem no crescimento” e depois projectos com “efeito mais directo no emprego, em particular de jovens”, defende. “É essencial não perder pessoas agora, seja para o desemprego ou para a emigração”, sobretudo as pes-



Maria da Graça Carvalho, eurodeputada do PSD, diz que “temos de torar máximo partido dos fundos que temos”, uma vez que não há dinheiro novo.



Já Elisa Ferreira, eurodeputada do PS, diz que “é importante que o Governo clarifique o que quer fazer com o TGV para não se perder esta oportunidade”.

soas que “beneficiaram de um investimento do país” na sua qualificação. Senão “segurarmos” esses activos nestes “dois ou três anos de ajustamento, perdemos-os para a recuperação do país”.

Mas enquanto Graça Carvalho prefere não concentrar recursos com grandes projectos de infra-estruturas nesta fase, a eurodeputada Elisa Ferreira (PS) entende que “é importante que o Governo clarifique o que quer fazer com o TGV para não se perder esta oportunidade”. Elisa Ferreira, numa lógica mais macro, considera muito importante que a Comissão pense em “usar fundos no sentido da redistribuição”, por exemplo “escolhendo centros de investigação de fora do centro europeu” ou criando uma “ponderação especial para a escolha de consórcios de empresas” de países da periferia. ■ L.R.